7. ANÁLISE

Esta 2ª fase do PDUOS compreende a compilação, processamento, análise e espacialização de dados referentes ao município de Medianeira - Pr. Após a compilação dos dados, relatos e informações espaciais, procede-se, neste momento, **à análise intersetorial**, com o objetivo de detectar os eventos significativos para a elaboração das estratégias de superação dos obstáculos ao desenvolvimento, bem como os fatores de potencialização municipais.

Os produtos desta análise, e de acordo com a proposta inicial para o PDM do Município de Medianeira-PR, são:

Tabela 04 - Principais condicionantes, deficiências e potencialidades

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	Potencialidades
REGIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> Área de influência; Relação com os municípios vizinhos; 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de mão de obra qualificada; BR 277 como divisor da malha urbana; Região acidentada 	<ul style="list-style-type: none"> Atividade industrial e de serviços em destaque; Empresas de porte que beneficiam produtos locais e empregam mão de obra do município; Posição entre Foz do Iguaçu e Cascavel; Turismo ainda pouco desenvolvido;
AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> Clima; Geomorfologia; Condicionantes geotécnicos; Declividades; Hipsometria; Vertentes; Drenagem natural; Recursos hídricos; Biotas; Áreas de preservação permanente. 	<ul style="list-style-type: none"> Sub-aproveitamento do potencial turístico local; Potenciais turísticos em propriedade particular; Poluição hídrica resultante de agrotóxicos e assoreamento; Ausência de mata ciliar nas nascentes e fundos de vale; 	<ul style="list-style-type: none"> RPPN regulamentadas; Existência de remanescentes florestais – preservação da fauna e flora; Existência de pontos de relevo acidentado com alguma exploração turística; Disponibilidade de Recursos hídricos; Possibilidade de Desenvolvimento de Pesquisas na biodiversidade local;
SÓCIO-ECONÔMICOS	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da população; Taxa de crescimento; Densidade demográfica; Migração; Condições de saúde, escolaridade; Oferta de emprego, renda; Consumo de água e energia, perfil e potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo) 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de desemprego, decorrente da falta da mão de obra qualificada; Presença de andarilhos; 	<ul style="list-style-type: none"> Vontade da população na melhoria e fortalecimento do município em todos os aspectos; Organização cooperativa; Presença do ensino superior; Possibilidade de parcerias poder público – ensino superior;
SÓCIO-ESPACIAIS	<ul style="list-style-type: none"> Evolução urbana; Tipologia habitacional e da demanda; Áreas de ocupação irregular e clandestina – impacto ambiental e urbanístico; Densidade construtiva e demográfica e capacidade de suporte da infra-estrutura urbana; áreas ociosas e com precariedade de uso. 	<ul style="list-style-type: none"> Formação de vazios urbanos; falta de ligação entre alguns bairros e entre esses e a área central; Áreas de ocupação irregular e clandestina: invasões de áreas de proteção ambiental – fundos de vales e margens de corpos d'água; conformação de guetos e favelas, com qualidade de vida comprometida; Áreas do perímetro urbano que não são propícias ao assentamento urbano – tipo de solo e declividades acentuadas, gerando demanda de solo para os próximos 10 anos; Baixa exploração do potencial de turismo religioso, de negócios e eventos. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de áreas adequadas à expansão do perímetro urbano – disponibilidade espacial urbana e rural; Comunidades bem estruturadas; Boas condições das estradas rurais – acessibilidade e trafegabilidade; Potenciais turísticos com infra-estrutura natural na zona rural.
INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	<ul style="list-style-type: none"> Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos); Sistema viário e transporte coletivo; Energia elétrica e iluminação pública; Telecomunicações; 	<ul style="list-style-type: none"> Deficiência no saneamento básico: coleta, destinação e tratamento do esgoto; Local atual de deposição dos resíduos sólidos; Quedas no fornecimento de energia elétrica; Incipiência de espaços de lazer, recreação e eventos; Falta de estrutura para atividades culturais: falta de 	<ul style="list-style-type: none"> Facilidade de implantação física de obras de saneamento de esgotamento sanitário – passeio público e declividade natural; Articulação entre os serviços disponibilizados pelo governo municipal; Boas condições dos serviços de saúde, educação

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	Potencialidades
	<ul style="list-style-type: none"> Equipamentos sociais (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, segurança pública e recreação). 	<p>espaço físico para a oferta de cursos, falta de um museu e biblioteca, falta de espaço físico apropriado para a administração da Fundação Cultural.</p> <ul style="list-style-type: none"> Inexistência ou má qualidade da pavimentação em passeios públicos; Falta de estrutura e recursos para educação infantil – há demanda significativa; Localização do Terminal Rodoviário – incompatibilidade com tráfego local; Presença de muitos andarilhos no município, vindos de outras cidades - proximidade com Paraguai; Presença de alcoolismo na população mais carente; Presença de toxicômanos na população; Necessidade de Construção do CRAS – Ação Social; Necessidade de local mais adequado para o Programa Sentinela – Ação Social; Ampliação no número de salas na Escola oficina CEACA; Falta de veículos para atendimento do trabalho na Ação Social e Esportes. Melhoria na segurança pública. 	<p>e ação social;</p> <ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de integração da sociedade/empresa/faculdade gerando novas pesquisas e tecnologias; Presença de instituição de ensino de 3º grau; Presença de arborização pública; Programa de Coleta de Embalagem pós-consumo; Programa de coleta seletiva de resíduos sólidos; Parceiras e trabalho interdisciplinares entre secretarias; Parcerias entre poder público e empresas privadas.
INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> Unidades administrativas da estrutura – relação PDUOS; Análise da legislação vigente – adequação ou inadequação com questões constitucionais, Lei Orgânica municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; questões físico-ambientais; adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente; Análise inter-relacional da legislação federal, estadual e municipal vigente; Identificação da capacidade de investimento; Sistema de informações municipais; Arrecadação anual. 	<ul style="list-style-type: none"> Poucos dados e informações disponíveis e documentados; Falta de democratização na disponibilização de informações; Alto índice de inadimplência de tributos municipais e não execução da Dívida Ativa; Falta de um setor de apoio jurídico próprio; Pequena capacidade de investimento com recursos próprios; Falta de fiscalização da legislação para a gestão; Serviço de geoprocessamento paralisado; Tributos (IPTU, ISSQN, ALVARÁ, TAXAS) aplicados com metodologia que não condiz com a realidade e valores defasados. 	<ul style="list-style-type: none"> Combate à inadimplência, melhorando a arrecadação municipal; Gestores com objetivos de capacitação da população de forma ampla; Existe toda uma potencialidade de instrumentos dados pela legislação, em prol do desenvolvimento do município.

8. CONCLUSÃO

"Ler a cidade". Esta foi a 2ª fase do PDM de Medianeira - Pr. Nessa etapa, tratou-se de identificar e entender a situação do município – a área urbana e a área rural, seus problemas, seus conflitos e suas potencialidades. Esta leitura foi tanto de leitura técnica (Consultoria e Equipe Técnica Municipal), quanto de leitura participativa (1ª Audiência Pública e Comissão de Acompanhamento). Essas leituras (técnica e participativa) foram sobrepostas, uma vez que confrontaram os dois modos de ler a cidade, para identificar informações e referências convergentes e divergentes.

As leituras, depois de confrontadas, foram sintetizadas em textos e mapas, nos quais se identificaram as principais **tendências, problemas, conflitos e potenciais do município**. Os mapas e textos são de linguagem acessível e estão disponíveis, através da Coordenação da Equipe Técnica Municipal, para todos os participantes da elaboração do PDM de Medianeira – PR, e para os municípios em geral.

No entanto, nem todas as questões levantadas são igualmente relevantes em todos os momentos da história de uma cidade. A partir da fase de leitura, serão definidos os **temas prioritários para o futuro** da cidade e para a reorganização territorial do município. De nada adianta um PDUOS tratar de dezenas de aspectos da cidade e não ter capacidade para intervir sobre eles. Portanto, é importante trabalhar com **perspectiva estratégica**, selecionando temas e questões cruciais para a cidade e que, se enfrentadas rapidamente e com eficácia, podem redefinir o destino da cidade.

Na finalização da 2ª fase do PDUOS, e conforme proposta na introdução do mesmo, definimos **que município temos**. A partir da próxima fase, a 3ª, faz-se necessária a definição de **que município desejamos** para os próximos 10 anos, bem como **que acordo podemos firmar** para alcançar essa situação desejada.

Na definição de **que município queremos**, devemos elencar as estratégias e os instrumentos mais adequados, considerando-se as **características e vocação da cidade**, contidos no PDUOS. Essas estratégias e instrumentos são os caminhos e os meios para construir a cidade que se deseja, e devem ser discutidos e pactuados com todos os participantes do processo, para assegurar as condições necessárias para transformar em realidade o sonho desejado para Medianeira.

Assim, ao concluirmos a 2ª fase do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo de Medianeira – PR, denominada **AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA**, preparamo-nos – Consultoria, Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento – para a 3ª fase, denominada **DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES**, com previsão de entrega prevista para 07 de agosto de 2006.

Esta 3ª fase compreenderá a definição de diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais como também proposições para os aspectos físico-espaciais e de infra-estrutura e serviços públicos, contemplando especificamente propostas de intervenção para curto, médio e longo prazo.

A metodologia para a definição das diretrizes e propostas para o desenvolvimento municipal será a **fixação de indicadores** levando-se em conta a definição de **cenários desejados** para os diversos setores e elementos analisados. Será feita a partir da avaliação do estágio de desenvolvimento de cada setor e de sua capacidade financeira, administrativa e de recursos humanos do município, entre outras condicionantes.

As diretrizes serão articuladas e espacializadas em escala apropriada, constituindo o Macro-zoneamento, abrangendo o território de todo o Município e esse embasará o futuro Zoneamento, onde cada macro-zona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e ocupação do solo municipal.

A montagem desses cenários e a definição dos indicadores serão feitas pela Consultoria em conjunto com a Equipe Técnica Municipal, passando pela anuência da Comissão de Acompanhamento e, após, submetida ao público em geral na 2ª Audiência Pública, momento em que se definirão as diretrizes e propostas tidas como consenso pela comunidade.

Estas Diretrizes e proposições deverão conter:

- a. Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal;
- b. Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento;

- c. Proposta de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos a serem executados a curto, médios e longo prazo, considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais;
- d. Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas);
- e. Propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
 - Racionalização da ocupação do espaço urbano, de expansão urbana e rural;
 - Distribuição eqüitativa dos usos, atividades, infra-estrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas;
 - Estruturação e hierarquização do sistema viário, assim como a articulação do sistema de transporte coletivo;
 - Controle do meio ambiente, saneamento básico e proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, artístico, cultural, arqueológico e demais elementos que caracterizam a identidade do município;
 - Critérios e Normas para a Arborização Pública;
 - Elaboração e implantação de um Sistema de Informações para o Planejamento e Gestão Municipal, considerando as estratégias e as atribuições dos responsáveis pela atualização das informações físicas, cadastrais, socioeconômicas e as oriundas do sistema de gestão municipal, inclusive tributaria.
 - Procedimentos e instrumentos para atuação na solução das ocupações irregulares e clandestinas e contenção de sua proliferação;
 - Diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, inclusive industriais e hospitalares;
 - Procedimentos e instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações e consultas prévias, liberação de alvarás, laudo de conclusão de obras e “habite-se”;
 - Processos e recursos para a atualização permanente dos instrumentos de política e planejamento territorial e para a institucionalização e o funcionamento de mecanismos de gestão democrática;
 - Parâmetros para o dimensionamento de logradouros públicos;
 - Identificação de parâmetros e ações para possibilitar a regularização da situação fundiária das áreas ocupadas irregularmente ou identificação de áreas para relocação, caso não haja possibilidade legal de regularização ou sejam áreas de risco, nestes casos, também a identificação de diretrizes de uso e ocupação dessas áreas após a desocupação.

Por que esta descrição da próxima (3ª) fase? Para que possamos, através do olhar crítico do contido no documento ora entregue, prepararmos-nos, Consultoria, Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento, para a definição do cenário desejado para Medianeira em 2016.

Medianeira, 06 de julho de 2006.

Smolarek Arquitetura Ltda.